



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 2558/2025

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2025.

Processo nº 0864211-33.2025.8.19.0001,
ajuizado por **D.C.N.N.**

Em síntese, trata-se de Autora, de 49 anos de idade, com **fratura de platô tibial à direita**, submetida em 10 de março de 2025 à **cirurgia de osteossíntese com placas e parafusos em platô tibial direita**. Foi encaminhada para **reabilitação motora músculo esquelética pós-cirúrgica** com o objetivo de analgesia, propriocepção, alongamento, reforço muscular, ganho de força e início de transição de carga parcial. Foi citada o código da Classificação Internacional de Doenças (CID-10): **S82.1 – Fratura da extremidade proximal da tibia** (Num. 195951384 - Pág. 1; Num. 195951385 - Pág. 2; e Num. 195951388 - Pág. 1). Foi pleiteado tratamento com **fisioterapia para sua reabilitação** (Num. 195951367 - Pág. 2).

De acordo com o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), a **fisioterapia** é uma ciência da saúde que estuda, previne e trata os distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistemas do corpo humano, gerados por alterações genéticas, por traumas e por doenças adquiridas. O **fisioterapeuta** é o profissional de saúde, devidamente registrado em seu Conselho Regional, com formação acadêmica superior, habilitado à construção do diagnóstico dos distúrbios cinéticos funcionais, à prescrição das condutas fisioterapêuticas, a sua ordenação e indução do paciente, bem como, o acompanhamento da evolução do quadro clínico funcional e as condições de alta do serviço¹. A fisioterapia motora tem como objetivo avaliar a função motora e estabelecer estratégias para manter a funcionalidade do paciente através da manutenção e/ou melhora da força muscular, prevenindo encurtamentos, retrações musculares e deformidades ósseas².

Neste sentido, cumpre informar que o acompanhamento pelo serviço de **reabilitação motora músculo esquelética pós-cirúrgica** **está indicado** para o tratamento do quadro clínico apresentado pelo Autor (Num. 195951384 - Pág. 1; Num. 195951385 - Pág. 2; e Num. 195951388 - Pág. 1).

Quanto à disponibilização no âmbito do SUS, elucida-se que o acompanhamento com o serviço de **fisioterapia** pleiteado **está coberto pelo SUS**, conforme a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS (SIGTAP) na qual constam: **consulta de profissionais de nível superior na atenção especializada (exceto médico)** (03.01.01.007-2) e **atendimento fisioterapêutico em pacientes no pré e pós-operatório nas disfunções músculo esqueléticas** (03.02.05.001-9), considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES).

¹ CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL da 2ª Região. Disponível em: <<http://www.crefito2.gov.br/fisioterapia/definicao/--32.html>>. Acesso em: 17 jun. 2025.

² Fisioterapia motora. Disponível em: <<http://www.abdim.org.br/oferece/reabilitacao/>>. Acesso em: 02 jul. 2025.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

O acesso aos serviços habilitados para o caso em tela ocorre com a inserção da demanda junto ao sistema de regulação. Cumpre salientar que a Política Nacional de Regulação, está organizada em três dimensões integradas entre si: Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência, que devem ser desenvolvidas de forma dinâmica e integrada, com o objetivo de apoiar a organização do sistema de saúde brasileiro, otimizar os recursos disponíveis, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde³.

Considerando o município de residência da Autora e a Rede de Reabilitação Física do Estado do Rio de Janeiro⁴, ressalta-se que, no âmbito do município do Rio de Janeiro, é de responsabilidade do Centro Municipal Oscar Clark (CER IV) ou da Policlínica Manoel Guilherme da Silveira Filho (CER III) ou da ABBR – Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (CER II) – a reabilitação motora da Autora, conforme consta no ANEXO da Deliberação CIB-RJ n.º 6.262, de 17 de setembro de 2020, que repactua a grade de referência da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

No intuito de identificar o correto encaminhamento da Requerente aos sistemas de regulação, este Núcleo consultou a plataforma do **SISREG III** e verificou as seguintes inserções:

- em **06 de maio de 2025**, sob o código de solicitação **599127064**, para **reabilitação ortopédica**, pela unidade solicitante Clínica da Família Luiz de Moraes Junior, com classificação de risco **amarelo - urgência** e situação **agendamento/cancelado/regulador**, que **havia sido agendada** para a unidade executora Ação Cristã Vicente Moretti para a data de 05 de junho de 2025. Foi **cancelado** em **23 de maio de 2025**, **sem descrição de justificativa**;
- em **23 de maio de 2025**, sob o código de solicitação **602691291**, para **reabilitação ortopédica**, pela unidade Clínica da Família Luiz de Moraes Junior, com classificação de risco **azul - atendimento eletivo** e situação **solicitação /pendente/regulador**.
 - ✓ Embora, na referida solicitação, conste o status de **pendente**, destaca-se que, não foi informada a justificativa da pendência. Portanto, entende-se que o processo regulatório **não foi interrompido**.

Diante o exposto, entende-se que **a via administrativa está sendo utilizada** no caso em tela, **sem a resolução da demanda pleiteada, até o presente momento**.

Em consulta ao banco de dados do Ministério da Saúde **não** foi localizado Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o quadro clínico da Demandante – **pós-operatório de osteossíntese de platô tibial**.

É o parecer.

³ BRASIL. Ministério da Saúde. Regulação. Gestão do SUS. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/programacao-regulacao-controle-e-financiamento-da-mac/regulacao>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

⁴ Deliberação CIB-RJ n.º 6.262, de 17 de setembro de 2020. Disponível em: <<http://www.cib.rj.gov.br/deliberacoes-cib/683-2020/setembro/6929-deliberacao-cib-rj-n-6-262-de-10-de-setembro-de-2020.html>>. Acesso em: 02 jul. 2025.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

Ao 1º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

Elaborado pela equipe técnica do NATJUS-RJ.

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe

CRF-RJ 10.277

ID. 436.475-02